

## **CONAE: estratégia de obtenção do consenso ativo em torno da contra-reforma da educação**

ADUFF Seção Sindical do ANDES/SN  
Junho de 2009

### **A reformulação da educação em tempos de contra-reforma do Estado**

A reformulação da educação encontra-se inserida, desde o governo Cardoso, em um amplo reordenamento do Estado brasileiro, caracterizado pela sistemática diluição das fronteiras entre público e privado. Tal diluição opera-se no sentido de viabilizar novos campos lucrativos ao capital, o que não se configura como uma particularidade brasileira, mas diz respeito ao movimento expansionista do capital – principalmente no pós-1970 – em direção aos países periféricos.

No governo Cardoso, o reordenamento do Estado operacionalizou-se a partir da aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que, com base no conceito de setor público não-estatal, incluiu as áreas de saúde, educação, cultura no setor de atividades não-exclusivas do Estado, sendo estas passíveis de serem executadas pelo então setor público não-estatal. Este processo serviu para justificar a necessária abertura de novos campos de exploração – como saúde e educação – às necessidades atuais do capital, em tempos de larga crise. Por outro lado, disseminou-se a idéia de que, entre o público (estatal) e o privado (mercado), haveria um setor supostamente desinteressado em finalidades lucrativas e extremamente preocupado com a “questão social”, o então denominado “Terceiro Setor”.

Se o governo Cardoso operacionalizou o reordenamento do Estado brasileiro, no plano jurídico-formal e também na execução de políticas públicas, que proporcionou a abertura de novos e lucrativos campos de exploração ao capital, seja com a explícita privatização do patrimônio público, seja com a terceirização de atividades até então exercidas diretamente pelo Estado, o governo Lula manteve e aprofundou aquela política. Contudo, o governo Lula, além de manter a forte linha de continuidade com o governo Cardoso no que diz respeito ao direcionamento da política econômica, utiliza-se, no plano ídeo-político, de um claro processo de persuasão, a partir da afirmação de bandeiras caras e históricas levantadas pelos movimentos sociais, como a do direito à Educação.

No âmbito educacional, é preciso desvelar este processo, principalmente em um momento ímpar, de construção do Plano Nacional da Educação (PNE) 2010. Este documento objetiva contribuir com a reflexão e análise crítica do “Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação – Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”<sup>1</sup>, proposto pelo Ministério da Educação (MEC).

### **CONAE: desvelando o PNE do governo Lula – a contra-reforma em processo**

O Documento-Referência da CONAE está estruturado em seis eixos temáticos<sup>2</sup> e, de uma forma geral, retoma uma série de propostas presentes no PNE da

---

<sup>1</sup> MEC/BRASIL. Documento- Referência da Conferência Nacional de Educação – Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/conae/images/stories/pdf/documento\\_referencia.pdf](http://portal.mec.gov.br/conae/images/stories/pdf/documento_referencia.pdf) Acesso em 25 de maio de 2009.

<sup>2</sup> Os eixos são: I – Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional. II – Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação. III – Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar. IV – Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação. V – Financiamento da Educação e Controle Social. VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

Sociedade Brasileira (1997), como a de um Sistema Nacional e Articulado de Educação e afirma a Educação como um direito, o que é extremamente pertinente. Contudo, a partir de uma leitura cuidadosa do Documento Referência e, colocando como parâmetro o PNE da Sociedade Brasileira (1997), gostaríamos de atentar para os seguintes pontos que consideramos centrais para uma análise criteriosa do Documento. Quanto às propostas direcionadas ao ensino superior, cabe destacar aqui as seguintes considerações referentes ao Documento-Referência.

**No primeiro eixo**, o Documento trata da concepção do papel do Estado no financiamento, regulação e execução da política de educação. Parte de uma avaliação sobre o reduzido financiamento público da educação, omitindo que o atual governo mantém as mesmas taxas de alocação de verba pública para a educação, especialmente para a educação superior, em relação aos governos neoliberais de Collor e Cardoso, conforme consideramos anteriormente. Desconsidera, portanto, que o não cumprimento da oferta da educação pública está articulado com o intenso processo de precarização do trabalho docente e de sucateamento das universidades públicas operado de forma articulada ao fortalecimento ao setor privado via Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI).

No que diz respeito à educação superior, o Documento destaca que às universidades é garantida autonomia com base no artigo 207 da CF1988, sem considerar as constantes ações de desmonte da autonomia universitária e de sua redução à autonomia financeira (para captação de verbas públicas e privadas), como o REUNI, que condiciona a distribuição de verba pública a um Acordo de Metas celebrado entre cada universidade federal e o MEC.

O segundo eixo trata do tema **A educação com qualidade social e a democratização da gestão**. Interessante perceber que a referência ao debate da autonomia universitária acontece como se a diversificação e diferenciação da educação superior brasileira e o decreto que garante autonomia para os centros universitários fossem “obra do acaso” e não uma política de governo. Trata-se de uma política implementada pelo MEC de diversificação das IES e dos cursos e de um Decreto presidencial que garante autonomia para os centros universitários.

Indicar a importância da gestão democrática da universidade em um contexto em que o presidente da República não revogou a lei que exige o encaminhamento de lista tríplice para escolha dos dirigentes das universidades federais é mais uma expressão da capacidade do documento apresentar um discurso distanciado das ações em processo.

O governo que operacionaliza uma política de premiações e punições – tendo como referência importante o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) - e fortalece o *ranking* dos programas de pós-graduação, das instituições e dos professores defende, no Documento-Referência, uma política de avaliação na contramão do que ele próprio tem efetivado.

No mesmo sentido, cabe questionar: como o governo pretende aprimorar o processo avaliativo com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos marcos do REUNI que está focalizado na ampliação de acesso aos cursos de graduação, transformando as universidades federais em “escolões de terceiro grau”?

Em seguida, o **terceiro eixo** trata da democratização do acesso e permanência retomando os dados sobre a diversificação e diferenciação das IES e dos cursos e captação de recursos próprios pelas IES federais. O documento-referência da CONAE mais uma vez desconsidera que a diversificação das IES, dos cursos e das fontes de financiamento é expressão das políticas conduzidas pelo governo federal. A dupla face da mercantilização da educação superior - expansão dos cursos privados e privatização interna das universidades públicas - é uma política em curso dos governos civis neoliberais, aprofundada no atual governo.

Neste eixo, o documento critica o veto do governo Cardoso à meta de expansão da educação superior de, no mínimo, 40% das vagas públicas expressas no

PNE aprovado em 2001, entretanto, **o documento não registra que este veto foi mantido pelo governo Lula.**

Outro aspecto merece destaque: no parágrafo 184, há a afirmação de que se garanta a criação de um “dispositivo legal que garanta a **aplicação da dedicação exclusiva** dos docentes em uma única instituição de ensino” (MEC/BRASIL, 2009: 73). Tal proposição não encontra materialidade nas políticas implementadas pelo governo federal: vale lembrar que a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento apresentou à Diretoria do ANDES-SN, no dia 13 de maio do corrente ano, uma proposta preliminar de reestruturação da carreira dos docentes das universidades federais, indicando o fim do regime de trabalho de dedicação exclusiva.

O quinto eixo apresenta **a política de financiamento da educação** retomando a vinculação de recursos da educação promovida pela CF1988, considerando o financiamento como o alicerce para a construção do sistema nacional articulado de educação e para a viabilidade das metas do PNE. Para tal, propõe a realização de uma “reforma tributária pautada pela justiça social” que vincule os tributos ao investimento educacional. **Afirma que o financiamento deve tomar como base o mecanismo do custo-aluno, indicando o REUNI como parâmetro da elevação do quantitativo de estudantes matriculados na educação superior pública.**

A política de financiamento da educação superior apresentada pelo documento, ainda que considere “a necessidade de efetivação da autonomia universitária constitucional”, reafirma todas as ações que estão sendo realizadas pelo governo federal. Os parâmetros de financiamento da educação superior são: o PROUNI e o REUNI.

Portanto, o Documento-Referência, propondo-se como um parâmetro para o debate acerca do próximo PNE, claramente busca a obtenção de um consenso ativo dos diferentes sujeitos políticos em torno das mesmas. Nesta direção, obviamente, não revela que o atual governo – e o Documento-Referência é uma elaboração proveniente dos gabinetes do Ministério da Educação, é importante lembrar – manteve e mantém o processo de reordenamento da educação brasileira, fortalecendo o setor privado e seus interesses mercantis e privatizando internamente a educação pública.

#### **Propostas:**

- 1) Reafirmar a deliberação do Congresso de que os dirigentes do ANDES/SN e sua militância de base participarão da CONAE na qualidade de observadores;
- 2) Elaborar e divulgar um “dossiê contra-reforma da educação Superior de Lula” contendo desde o Caderno 2 do ANDES/SN até os documentos, cartilhas e estudos elaborados pelo Sindicato Nacional e seções sindicais sobre as principais ações da contra-reforma da educação superior conduzida pelo governo Lula operando a privatização interna das universidades públicas e a ampliação dos empresários da educação;
- 3) Além da distribuição do “dossiê”, caberá aos militantes do ANDES/SN a elaboração de faixas contendo nossas principais bandeiras de lutas e a afirmação de que “não somos comissão organizadora do evento”, além de falas em todos os GTS reafirmando nossas críticas e nosso projeto de educação e de universidade;
- 4) Reaglutinar as forças políticas para a defesa da educação pública e gratuita, retomando o PNE da Sociedade Brasileira, com a atualização de um diagnóstico lúcido da política educacional desenvolvida no pós-2003.